

## **TAVARES, Joca**

\* rev. 1893.

*João Nunes da Silva Tavares*, futuro *barão de Itaqui*, mais conhecido como *Joca Tavares*, nasceu em Erval (RS) no dia 24 de maio de 1818, filho de João da Silva Tavares e de Umbelinda Bernarda da Assunção.

Durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), lutou ao lado do pai combatendo os revoltosos e defendendo o regime imperial e ao final do conflito foi promovido a major. Continuou ligado às forças militares imperiais e, com o início da Guerra do Paraguai (1864-1870), integrou as forças lideradas pelo visconde de Pelotas. Depois da guerra, chegou ao posto de brigadeiro honorário do Exército imperial e recebeu o título de barão de Itaqui por decreto de 18 de maio de 1870. Assumiu o comando da fronteira de Bajé (RS) de 1874 a 1878 e de 1886 a 1889. Em junho desse ano, declarou-se republicano e renunciou a seu comando militar e a seu título de nobreza, aliando-se aos republicanos gaúchos.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), voltou a assumir o posto de comandante da fronteira de Bajé, onde permaneceu até janeiro de 1892. Nesse período, rompeu com o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos, e ligou-se ao Partido Federalista, liderado por Gaspar Silveira Martins. Exilado na Europa desde a queda da monarquia, e agora defensor de uma República parlamentarista, Silveira Martins regressou a Porto Alegre no início de 1892, e em 31 de março desse ano, no encontro que ficou conhecido como Convenção de Bajé, foi aclamado chefe do Partido Federalista ou Partido Republicano Federal, então criado para fazer frente ao PRR de Júlio de Castilhos. Nesse encontro Joca Tavares foi lançado futuro candidato do partido à presidência do Rio Grande do Sul.

Temeroso de que Silveira Martins e seus partidários conquistassem a presidência do estado, e certo de que o grupo defenderia o parlamentarismo, o presidente da República marechal Floriano Peixoto (1891-1894) passou a apoiar Júlio de Castilhos, embora este tivesse apoiado o ex-presidente marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) quando este

fechou o Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891 – iniciativa que levou não só à renúncia do próprio Deodoro, mas à de todos os governantes estaduais, entre eles Castilhos, que com ele se solidarizaram. Com o apoio de Floriano, Castilhos se opôs a qualquer conciliação com o Partido Federalista e reafirmou seu propósito de assumir a presidência do estado, independentemente de eleições.

Diante das ameaças dos castilhistas, Silveira Martins e a junta governativa gaúcha no poder desde a renúncia de Castilhos em 12 de novembro de 1891 entregaram o governo, em 8 de junho de 1892, a José Antônio Correia da Câmara, o visconde de Pelotas. Devido à forte oposição da facção castilhista, em 17 de junho o visconde de Pelotas abandonou o poder e transmitiu o cargo a Joca Tavares. Concomitantemente à posse deste último, Júlio de Castilhos foi empossado por seus partidários como presidente do estado e no dia seguinte transmitiu o governo a seu vice, Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, cumprindo exigência imposta por Floriano Peixoto. Instituiu-se, portanto, uma dualidade de governos, o que resultou na eclosão de conflitos armados promovidos por ambas as partes, empenhadas em se manter no poder.

Joca Tavares, diante da atitude de Castilhos, conseguiu reunir uma significativa tropa militar para contra-atacar. Segundo Joseph Love, “as forças do PRR e as tropas federais de Uruguaiana e Quaraí começaram a convergir sobre Bajé, e parecia iminente um conflito militar importante. Silveira Martins, de Porto Alegre, telegrafou a Joca Tavares pedindo-lhe que não permitisse uma guerra civil. Fosse em resposta ao líder federalista ou porque estivesse militarmente despreparado, Joca Tavares se rendeu a um contingente do Exército sob o comando do coronel Artur Oscar de Andrade Guimarães”.

Em 27 de setembro Vitorino Carneiro Monteiro transmitiu o governo a Fernando Abbott, que conduziu as eleições que levaram Júlio de Castilhos ao poder em 25 de janeiro de 1893. A reação dos federalistas a Júlio de Castilhos levou à deflagração, no mês seguinte, da Revolução Federalista, guerra civil entre os partidários de Gaspar Silveira Martins, os “maragatos”, e os republicanos partidários de Júlio de Castilhos, os “pica-paus”, que entre

fevereiro de 1893 e agosto de 1895 conflagrou o Rio Grande do Sul e se estendeu para os estados de Santa Catarina e Paraná.

Ao encontro de Joca Tavares, consagrado chefe militar dos revoltosos, vieram do Uruguai tropas lideradas por Gumercindo Saraiva, formadas por brasileiros e uruguaio. Em 23 de fevereiro de 1893, Joca Tavares e Gumercindo Saraiva, juntos, ocuparam Dom Pedrito e em seguida Alegrete, de onde desfecharam vários outros ataques. As tropas rebeldes eram compostas de civis, e a maioria dos comandantes eram coronéis latifundiários, isto é, chefes locais. O armamento utilizado era precário: os homens lutavam montados a cavalo, portando lanças e esporadicamente armas de fogo. A tática empregada eram as marchas rápidas e fulminantes, ataques de surpresa. Os federalistas tiveram o apoio da província de Corrientes, na Argentina, e também do Uruguai, durante todo o movimento. Receberam armas através da fronteira e se refugiaram nos países vizinhos em vários momentos, durante a perseguição das tropas legalistas.

Os revoltosos rumaram para o norte, e em novembro de 1893 atingiram Santa Catarina. Também nesse mês, o almirante Custódio de Melo, que chefiara no Rio de Janeiro a Revolta da Armada contra Floriano Peixoto, rumou para o Sul a fim de unir-se aos federalistas. Os revoltosos ocuparam Desterro, atual Florianópolis, e avançaram em direção ao Paraná. Em janeiro de 1894 foram detidos diante da cidade da Lapa, a 60 quilômetros a sudoeste de Curitiba, no episódio que ficou conhecido como Cerco da Lapa. A resistência da Lapa impediu o avanço dos revolucionários, que se retiraram para o Rio Grande do Sul, enquanto Floriano Peixoto enviava para Santa Catarina, com poderes discricionários, o tenente-coronel Antônio Moreira César, chamado de “Corta-cabeças”. O fim do conflito ocorreu durante a presidência de Prudente de Moraes (1894-1898), tendo atuado como representante dos revoltosos Joca Tavares e, pelo lado do Exército Nacional, o general Inocêncio Galvão de Queirós.

Após o conflito, Joca Tavares continuou na oposição ao PRR e assumiu a liderança do Partido Federalista, principalmente após a morte de Silveira Martins, em julho de 1901. Em novembro desse ano presidiu o congresso da agremiação realizado em Bajé, no qual foi

exigida a revisão das constituições federal e estaduais de modo a fortalecer a União, e a revogação da Constituição positivista gaúcha. Nesse congresso foi escolhido presidente do partido e, sob sua liderança, segundo Joseph Love, “os federalistas mantiveram-se firmes na sua dedicação pela organização parlamentarista em nível federal, reivindicando a eleição do presidente pelo Congresso e a participação dos ministros nas sessões do Legislativo”.

Joça Tavares faleceu em Bajé no dia 9 de janeiro de 1906.

Foi casado com Flora Vieira Nunes, com quem teve 12 filhos.

*Raimundo Helio Lopes*

**Fontes:** BARATA, C.; BUENO, A. *Dicionário*; LOVE, J. *Regionalismo*; Memorial do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/maragatos.pdf>>. Acesso em: 14/6/2011.